



O IRAQUE E AS AÇÕES DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL MESOPOTÂMICO

João Rodolfo Lopes Pereira*
Claudio Damaceno Paz**

Resumo: O presente estudo visa identificar as medidas internacionais de proteção do patrimônio cultural em áreas de conflito e sua efetividade no Iraque. Esta pesquisa assume um caráter dedutivo, uma abordagem qualitativa e classifica-se como bibliográfica-documental. Empreende-se uma análise das principais ferramentas internacionais de proteção do patrimônio cultural em tempos de guerra. O Iraque ratificou somente a Convenção de Haia de 1954 e seu Protocolo do mesmo ano. A instabilidade do governo iraquiano após a invasão dos Estados Unidos afetou a capacidade nacional de proteção do patrimônio cultural. A Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado não pode ser aplicada no contexto da invasão estadunidense do Iraque pois os Estados Unidos e Reino Unido não haviam ratificado a referida Convenção. O legado cultural mesopotâmico encontra-se em situação de risco.

Palavras-chave: Patrimônio. Cultura. Iraque.

Abstract: This study aims to identify international measures to protect the cultural heritage in conflict areas and its effectiveness in the Iraq. This research assumes a deductive character, a qualitative approach and it is classified as documentary and bibliographical. Undertakes an analysis of the main international instruments of protection of cultural heritage in times of war. Iraq has ratified the Hague Convention of 1954 and its first Protocol. The instability of the Iraqi government after the US invasion also affected the national capacity to protect the iraqi cultural heritage. The Hague Convention of 1954 for the Protection of Cultural Property in Event of Armed Conflict can not be applied in the context of the US invasion of Iraq because the United States and United Kingdom had not ratified the Convention. The Mesopotamian cultural heritage is at risk.

Keywords: Heritage. Culture. Iraq.

*Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul
Bacharel em Relações Internacionais
Email: joaorodolfo@hotmai.com

**Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul
Mestre em Educação pela Unisul



REVISTA
MEMORARE

 UNISUL
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593

1. Introdução

A preocupação e as medidas intergovernamentais de preservação de bens culturais que possam representar um grande valor histórico e cultural para a humanidade vêm crescendo e se moldando, conforme os conflitos interestatais ou civis vêm crescendo.

A preservação de patrimônios da humanidade é de suma importância para que a sociedade compreenda o seu desenvolvimento, o da sua cultura e a importância da tolerância, seja religiosa, moral, cultural ou de qualquer outro cunho.

Os bens culturais agregam valores comuns a toda a humanidade por serem testemunhos não só do surgimento e desenvolvimento de uma cultura, como atestam os bens pré-históricos, mas também por testemunharem o surgimento das tecnologias como a escrita, a arte e a engenharia. Portanto, levam o título de Patrimônio Mundial.

Portanto, percebe-se que a problemática da salvaguarda do Patrimônio Mundial gira em torno da necessidade de medidas intergovernamentais que ajam de forma global, conscientizando os Estados da importância da preservação, mas que promovam a aplicação na situação específica de cada Estado (CARTA DE VENEZA, 1964).

A pesquisa dá-se pela necessidade de evidenciar a importância da produção, proteção e preservação cultural e o seu legado na esfera internacional, assim como pela importância das áreas patrimoniais e sítios arqueológicos nos territórios iraquiano e da herança Mesopotâmica deixada pelos seus antigos povos, como os assírios, caldeus, babilônicos e sumerianos para melhor compreensão de alguns avanços tecnológicos importantes.

2. Os conflitos armados como fator de risco para a preservação do Patrimônio Cultural

As guerras no sistema internacional, ao longo da história da humanidade, sempre representaram uma ameaça ao patrimônio cultural. Durante muito tempo a guerra não tinha nenhum tipo de regramento, tudo o que representava obstáculo era destruído e tirado do caminho, tanto militares quanto a sociedade civil e propriedades, inclusive artefatos de valor histórico e artístico, eram atingidos.

Saques, contrabando e destruição massiva de bens culturais são algo presente nas áreas em conflito e bastante discutidos entre estudiosos do tema. Saquear bens valiosos, queimar bibliotecas, destruir cidades inteiras e contrabandear bens culturais eram ações quase costumeiras no histórico das guerras. Tais condutas se acentuaram nos dias atuais em função do uso de tecnologias bélicas de grande poder de destruição e das posições ideológicas, especialmente as fundamentalistas, marcadas pela intolerância com os diferentes.

Obras de arte foram saqueadas ainda no contexto da invasão turco-otomana e muitas se encontram em museus da Espanha, França e Inglaterra, esperando que sejam resgatadas e devolvidas para seu país de origem. Construções arquitetônicas de grande importância foram destruídas na Grécia e na Roma antiga. Aguiar e Rodrigues (2015, p. 7) exemplificam, citando o caso do Parthenon¹. Esta construção foi utilizada como local de armazenamento bélico pelos turcos na invasão da Grécia em 1687, até a invasão de Atenas pelos venezianos, que destruíram o Parthenon.

Casos como o do Parthenon, na Acrópole de Atenas, na Grécia, ainda ocorreram em diversos continentes. Ferreira (2014, p. 123) cita a África no contexto colonial, que sofreu saques de bens culturais e violação das suas tradições e crenças: “o colonialismo levou à que boa parte dos bens culturais das ex-colônias encontrem-se na atualidade em propriedade dos grandes museus das antigas metrópoles europeias e dos museus norte-americanos”.

Não só o patrimônio material, mas as expressões culturais e as tradições correm grave risco no contexto de conflitos étnicos. A imposição do *modus vivendi* e da religião europeias teve consequências devastadoras na América, na Ásia e principalmente na África. Genocídios e outros tipos de perseguições a grupos e minorias resultam, quase sempre, em massacres culturais. Robichez (2014) ressalta

[...] a vulnerabilidade do homem não se limita a sua vida ou a sua integridade física, mas contempla também a sua identidade cultural, notadamente nos conflitos armados que apresentam caráter étnico ou religioso. [...] em inúmeros conflitos armados contemporâneos, a demolição não se limita às obras de arte ou aos monumentos históricos, mas atinge também as crenças, os saberes, as expressões e práticas culturais e espirituais, quer dizer elementos imateriais do patrimônio cultural de um povo.

¹Importante obra arquitetônica grega do século V, amplamente estudada até os dias atuais, de grande relevância internacional para o mundo das artes.



As Grandes Guerras trouxeram ainda mais catástrofes sociais e culturais. A perseguição dos alemães nazistas aos judeus não só resultou em milhões de mortes, como também em uma limpeza cultural.

A década de 30 abriu aliás com um dos episódios mais bárbaros da história: na noite de 10 de Maio de 1933, Goebbels, já ministro da Propaganda de Hitler, ordenou a pilhagem e queima de livros em todas as cidades alemãs. Os autores visados: os judeus (Freud, Kafka); os "políticos" (Fourier, Marx); os dissidentes (Thomas Mann, Bertold Brecht) (SHEFER, 2003).

Lugares e construções importantes foram bombardeados e cidades devastadas. Segundo Shefer (2003), “Além dos objectos artísticos confiscados, perdidos, roubados, destruídos, desapareceu a arquitectura: catedrais góticas, construídas durante séculos, ficam em ruínas”. A casa de ópera Royal Opera House foi destruída em um ataque aéreo em 7 de abril de 1942 na cidade de Valletta, em Malta (MAES, 2014). “Foi também alvo durante a II Guerra Mundial a Igreja da Memória, construída em 1891 por Franz Schwechten e localizada em Berlim” (AGUIAR; RODRIGUES, 2015, p. 8). No entanto, a igreja foi reconstruída nos anos 1960 por Egon Eiermann, que fez questão de manter a torre semidestruída da catedral para recordar a Europa das devastações que a guerra pode causar (AGUIAR, RODRIGUES, 2015, p. 8).

Além da arquitetura, pilhagens de obras de arte de grande valor foram saqueadas durante a II Guerra Mundial. Após o conflito, foram encontradas 6.755 obras de arte escondidas em uma mina de sal na Áustria sem qualquer proteção. “Mais de 5000 eram de grandes mestres, incluindo a joia da pintura holandesa “Adoração do Cordeiro Místico” (1425-32), dos irmãos Van Eyck, uma madona de Michelangelo e “OAstrônomo”, de Vermeer” (MACHADO, 2013).

Estes são apenas exemplos de atrocidades cometidas contra a preservação da identidade e das riquezas culturais de nações. A história guarda uma lamentável lista de conflitos devastadores que impactaram direta ou indiretamente na preservação do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Neste sentido, faz-se necessária a elaboração de uma retrospectiva sobre os povos que em momentos distintos ou concomitantemente ocuparam o território mesopotâmico, dando origem, com suas realizações, o que foi denominado de Civilização Mesopotâmica e, milênios mais tarde, o Legado Mesopotâmico. Portanto,



neste contexto, abordar-se-á o caso específico do Estado iraquiano na proteção de seu patrimônio milenar diante de situações de conflitos armados.

3. Os povos mesopotâmicos e seu legado cultural

A Mesopotâmia, palavra derivada do grego *mesos potamos*, que significa *terra entre rios*, é uma região localizada no Oriente Médio, entre os rios Tigre e Eufrates, que abrange grande parte do atual Iraque, parte do Irã, Jordânia, Kuwait, Líbano, Síria e Turquia. Os rios nascem ao norte, na região montanhosa da atual Turquia e à medida que se aproximam do Golfo Pérsico, onde os rios desembocam, a região se torna bastante plana e úmida (HEAD, 2015).

Por nascer nas áreas montanhosas do norte mesopotâmico com destino às planícies, os rios depositam grandes quantidades de aluviões, limo misturado com cal, o que tornam as terras bastante férteis para a agricultura e para a criação de animais domésticos (CARDOSO, FLAMARION, 2007; HEAD, 2015). Os primeiros assentamentos se formaram nesta região e sobreviviam da agricultura de subsistência deixando inclusive cerâmicas como prova material de sua existência (HEAD, 2015).

Eridu, a primeira cidade da história, foi fundada na região por volta de 5400 a.C. e deu início a uma confederação de cidades-Estados independentes chamada de Suméria, a civilização mais antiga do mundo, composta por Adab, Lagash, Larsa, Nipur, Uruk, Ur e outras cidades-Estado que, mais tarde, se transformariam no primeiro império do mundo denominado Império Acádio (HEAD, 2015; CRAWFORD, 2004).

O Período de Uruk foi de extrema importância para a Mesopotâmia. Nesta época, o aumento contínuo dos assentamentos resultou numa hierarquia de quatro níveis: cidades, cidadelas, vilas e aldeias. Com isso, o sistema administrativo também evoluiu, surgindo assim os primeiros líderes e, conseqüentemente, os exércitos, a guerra organizada e a riqueza acumulada que acentuava ainda mais a disparidade entre os níveis hierárquicos (CRAWFORD, 2004).

Segundo Kramer (1963, p.4) os avanços civilizatórios promovidos pelos sumérios não se limitam à agricultura, à organização sócio-política e ao belicismo, mas lançam também os primeiros passos da escrita, da ciência e do direito. Dentre outras



invenções, criaram o molde de tijolo, a roda de oleiro, de carroça, o arado, o veleiro, o arco, o cofre, a cúpula e a fundição em cobre e bronze.

As primeiras religiões também foram criadas pelos sumérios. Suas crenças eram tão influentes na sociedade que eram amplamente expressadas nas obras de arte e na arquitetura. O governo das cidades-Estados sumerianas eram verdadeiras teocracias. O rei era um correspondente da vontade divina e levava o título de Governador Supremo. O primeiro idioma escrito também foi uma criação dos sumérios, assim como a escrita cuneiforme (FARTHING, 2010).

Grande parte do conhecimento disponível hoje sobre o início da história da Ásia ocidental é proveniente de tabletes de argila com inscrições cuneiformes descobertos por arqueólogos. Os sumérios também foram os primeiros a compilar documentos legais atribuindo assim uma importância às leis e controles legais que foram criados para conter o comportamento agressivo intrínseco à cultura sumeriana. Os roteiros comerciais criados por este povo chegavam a África, a Ásia e a Europa formando um verdadeiro império comercial.

A Suméria foi conquistada pelos acádios por volta de 2270 a.C., sendo governada por Sargão, O Grande entre cerca de 2334 a.C. e 2279 a.C. Os acádios vieram do norte mesopotâmico e conquistaram quase todas as cidades da Mesopotâmia, incluindo a Suméria.

Já a civilização babilônica teve seu ápice em dois períodos: o primeiro Reino Babilônico (1894 a.C. a 1595 a.C.), conquistada pelos amoritas, que teve seu apogeu com o reinado de Hamurabi (1798 a.C. a 1750 a.C.) e o período Neobabilônico (605 a.C. a 539 a.C.), sob domínio dos caldeus, que teve seu período de prosperidade durante o reinado de Nabucodonosor II (605 a.C. a 562 a.C.). Os babilônios deixaram um vasto e importante legado de artefatos artísticos e arquitetônicos (FARTHING, 2010).

Os amoritas, povos semitas que ocuparam o sul mesopotâmico, se estabeleceram da cidade de Babilônia, ao sul do atual Bagdá. Aos poucos a cidade de Babilônia foi assumindo o posto de centro cultural e econômico. Segundo Head (2015), nenhuma cidade ao longo dos milênios se comparava à Babilônia quanto ao seu sucesso e imensidão. Foi na Babilônia, inclusive, que um código de leis que serviria futuramente como base para a criação de outros sistemas de leis foi desenvolvido.



Apesar de Ur-Nammu ter escrito um código semelhante em aproximadamente 2100 a.C., foi Hamurabi quem fez em tabletes e rochas um visionário código de leis que ainda se encontra preservado no Museu do Louvre. Hamurabi foi o primeiro rei do império babilônico, unificou os reinos da Suméria e da Acádia e se tornou o babilônio mais conhecido da Mesopotâmia (FARTHING, 2010; HEAD, 2015).

Por cerca de 1900 a.C., os assírios, vindos do norte mesopotâmico, começaram um período de expansão territorial que resultaria no maior império mesopotâmico que a região já testemunhara. Os assírios estenderam seu território desde regiões que compreendiam o Egito até as regiões da Turquia e Irã.

O exército assírio, composto por armas de ferro, arqueiros a cavalo e carruagens, era reconhecido pela tecnologia avançada para a sua época e pela brutalidade contra as civilizações inimigas. O império possuía mais de uma capital, sendo as principais localizadas na região do atual Iraque: Nimrud, Níneve e Khorsabad.

Assurbanipal reinou no Império Assírio aproximadamente entre 668 a.C. e 627 a.C. e deixou como legado a Biblioteca de Assurbanipal ou Biblioteca de Níneve, com um grande acervo de tabletes de argila com escritas cuneiformes. Apesar de muitos tabletes terem sido destruídos pelo tempo, a Biblioteca ainda existe e abriga parte do acervo.

Palácios exuberantes também foram construídos. As paredes eram adornadas com relevos retratando cenas de batalhas e outras imagens elaboradas em homenagem ao rei. Os lamassus, esculturas de criaturas híbridas que os assírios acreditavam ser deuses hierarquicamente inferiores, eram dispostos nos portões das cidades para afastar os maus espíritos. Eram esculturas imponentes que chegavam a medir 3 metros e 10 centímetros por 3 metros e 15 centímetros aproximadamente (FARTHING, 2010; HEAD, 2015).

Com a morte do rei Assurbanipal, o Império Assírio declina e o vácuo de poder deixado leva Nabopolassar (c. 626 a.C. – 604 a.C.) a assumir o poder. Nabucodonosor II seguiu os passos de seu pai, governou entre cerca de 605 a.C. a 562 a.C. e iniciou neste período um programa de reconstrução do Império Babilônico fortificando os muros, renovando e ampliando seus palácios e construindo templos descomunais.

Neste período foram erguidas três das mais intrigantes construções da Mesopotâmia: Etemenanki, o Grande Zigurate da Babilônia, o Portal de Ishtar e os



Jardins Suspensos da Babilônia. O Etemenanki, bastante associado à lendária Torre de Babel, era uma obra arquitetônica colossal que foi destruída em uma guerra e reconstruída por Nabucodonosor II (FARTHING, 2010; HEAD, 2015).

Segundo Lethaby (1892), George Smith publicou o que seriam as medidas do zigurate retiradas de um texto cuneiforme decifrado: exatamente 90 metros tanto de altura como de largura na base.

A torre de Babilônia é, actualmente, um monumento em ruínas, destruído e saqueado [...]. Dele não resta mais do que uma impressão, em negativo, no solo. Este estado de conservação tão precário alimentou, desde a sua descoberta por arqueólogos alemães em 1913, o debate entre os especialistas da Mesopotâmia (FENOLLÓS, 2015, p. 1).

O Portal de Ishtar era a monumental entrada de um dos palácios de Nabucodonosor II, feito de tijolos policromados e esmaltados formando desenhos de leões, touros, serpentes-dragões e outros simbolismos relacionados com seus deuses. Uma réplica do portal foi feita e encontra-se hoje em Berlim, no Museu Pergamon. O palácio o qual o Portal de Ishtar adornava também tinha grandes dimensões. Compreendia uma vasta área de 60.000 m² e possuía cinco pátios, salas de recepção, cômodos reais e inclusive uma das maiores demonstrações de amor: os Jardins Suspensos da Babilônia.

Existem poucas informações sobre os jardins, mas segundo a obra de Berossos, sacerdote babilônico, intitulada *Babyloniaka*, descoberta pelo assiriólogo inglês George Smith, Nabucodonosor II os teria construído para sua esposa. Apesar de terem sido classificados como uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo, arqueólogos e pesquisadores nunca encontraram uma evidência da real existência dos jardins (FARTHING, 2010; SANTOS, 2015; MACEDO, 2015).

O Império Babilônico foi conquistado por Ciro, O Grande, rei da Pérsia, em c. 559 a.C. e a capital transferida para Persépolis, localizada no atual Irã.

Durante esses milênios as sociedades Mesopotâmicas deram os primeiros passos das tecnologias como a escrita e a matemática. Os sumérios, acádios, assírios e babilônios deram suas contribuições para as diversas áreas do conhecimento e deixaram um legado que permanece até hoje. Não só o legado imaterial, mas também artefatos de grande valia para entendermos melhor alguns avanços importantes para as ciências.



4. Os conflitos no Iraque e o impacto no Patrimônio Cultural Mesopotâmico

Os impactos das guerras são devastadores em qualquer lugar do mundo, tanto para a população civil quanto para a infraestrutura do Estado. No Iraque não é diferente, por ser uma região bastante complexa em muitos quesitos, não só pela multiplicidade de etnias e crenças, mas por abrigar uma região rica em áreas patrimoniais e sítios arqueológicos de grande relevância para a compreensão de um povo que contribuiu para as sociedades atuais.

Lamentavelmente, o Iraque tem sido palco de diversos conflitos devastadores que impactam direta e indiretamente o patrimônio mesopotâmico.

Os anos que se seguiram a Guerra do Golfo (1990-1991) e a Guerra do Iraque (2003) deixaram não só a estrutura do país devastada como também o deixou debilitado economicamente, reduzindo consideravelmente os recursos direcionados à administração e preservação do patrimônio cultural iraquiano.

Os prejuízos da Guerra do Golfo para o patrimônio cultural do Iraque foram incontáveis. As pesquisas patrimoniais, os projetos de restauração e os trabalhos de arqueólogos foram interrompidos e o Museu Nacional do Iraque foi fechado (AGUIAR; RODRIGUES, 2015; LINARES, 2012). Logo após o conflito o governo iraquiano enviou uma carta ao Diretor-Geral da UNESCO deixando-o consciente das consequências da guerra ao patrimônio cultural do Iraque, das pilhagens de artefatos arqueológicos e do embargo sofrido após a guerra e seus impactos na restauração das antiguidades. Pedia-se ajuda a UNESCO para restaurar monumentos danificados e recuperar peças roubadas e vendidas no mercado ilegal internacional. A carta fazia uma lista das consequências da guerra sobre o patrimônio iraquiano contendo livrarias, sítios arqueológicos, construções e museus danificados e saqueados, além de habitações históricas bombardeadas diretamente. O que restou no Iraque não era preservado, seja por falta de vigilância, por falta da importação de materiais de restauração ou de financiamento de escavações, estudos e pesquisas na área. Muitas das antiguidades saqueadas foram encontradas posteriormente em museus europeus ou estadunidenses.

O Conselho Estadual de Antiguidades e Patrimônio (CEAP, ou SBAH, sigla em inglês), entidade governamental do Iraque responsáveis pelo patrimônio cultural, teve



seus recursos reduzidos e, conseqüentemente, o número de funcionários demitidos cresceu drasticamente e muitos sítios arqueológicos ficaram sem vigilância.

Os inspetores regionais responsáveis por sítios arqueológicos em áreas desertas que permaneciam no CEAP já não podiam mais fazer seu trabalho por falta de veículos. Com a crescente debilidade da administração iraquiana do patrimônio cultural, os saqueadores começaram a se organizar. Centenas de sítios foram saqueados utilizando escavadeiras, dinamites e outras ferramentas para escavar as antiguidades e levá-las até as fronteiras do país para vender aos colecionadores e comerciantes de artes (LINARES, 2012; EMBERLING; HANSON, 2008).

Os anos de conflitos trouxeram consigo a dissolução de boa parte da história da humanidade, mas o descaso com o patrimônio cultural iraquiano ainda se estenderia nos anos seguintes. Os impactos da invasão do Iraque em 2003 também foram devastadores para o patrimônio cultural iraquiano. A negligência para com os sítios arqueológicos, os museus, as bibliotecas, os monumentos históricos e artefatos patrimoniais continuou devido ao conflito que, dentre outras conseqüências, comprometeu a capacidade governamental de vigilância, preservação e restauração dos bens patrimoniais no Iraque.

Os danos, muitas vezes irreparáveis e de valor monetário incalculável, mostram o descaso e a indiferença para com o patrimônio cultural do Iraque. As bases militares da coalizão, e inclusive do exército iraquiano, se estabeleceram em sítios arqueológicos sensíveis. Um desses sítios foi Babel, um dos mais significantes sítios arqueológicos do mundo, que foi renomeado como Campo Alfa. O minarete espiral Malwiyah da Grande Mesquita de Samarra, que data do século IX, foi usado em 2005 como quartel e campo de treinamento para 1500 membros da Polícia Nacional Iraquiana (BAHRANI et al apud ISAKHAN, 2001).

As conseqüências do conflito não se limitaram no período da missão, mas seguiram após a destituição de Saddam Hussein do governo. Nenhum plano pós-conflito foi posto em prática pelos EUA, nenhuma lei ou ordem foi estabelecida nas cidades ocupadas, o vácuo de poder deixado após a queda de Saddam resultou em tumulto, desordem e pilhagens de antiguidades, conforme explicita Marr (2012).

Os militares estadunidenses, de acordo com Cleverland e Bunton (2009) receberam ordens apenas para proteger o Ministério do Petróleo, deixando de lado outras construções públicas, museus, livrarias históricas e sítios arqueológicos. Os



danos causados pelos bombardeios foram seguidos pela constante pilhagem nas grandes cidades pelos iraquianos, desesperados pela miséria e pela fome resultante da penúria econômica em que se encontrava o Iraque.

Os longos anos de guerras e sanções internacionais, que trouxeram o enfraquecimento da economia, cegaram o povo iraquiano, que buscava desesperadamente por meios de sobrevivência. Esta realidade foi explorada por mafiosos e contrabandistas que compravam as antiguidades saqueadas pelos iraquianos e as negociava no mercado internacional de arte. O tráfico de antiguidades era intenso ao sul, nas fronteiras com o Kuwait e com a Arábia Saudita, e acontecia de forma incontrolável, mesmo para o CEAP. Na região curda os saqueadores foram contidos pelo peshmerga² (BUNTON; CLEVERLAND, 2008; MARR, 2011).

Estima-se que, em aproximadamente dois dias, 15 mil artefatos foram saqueados do Museu Nacional de Bagdá. A estimativa em valores monetários do que foi saqueado é de US\$12 bilhões. Donny George Youkhanna, presidente do CEAP, bem como Diretor Geral do museu Nacional de Bagdá, na época da invasão, trabalhou incansavelmente na recuperação dos artefatos saqueados. No entanto, o próprio Donny (apud HOLDEN, 2012), teve que deixar o museu em abril devido às invasões.

Segundo Isakhan (2011) até mesmo os militares da coalizão levaram para suas casas artefatos retirados de sítios arqueológicos. Mas os saques não foram a única consequência do pós-guerra que devastou os bens culturais iraquianos. Segundo o relatório mundial do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS, de 2006 e 2007, diversos santuários sagrados foram danificados e devastados. O santuário xiita Al Asqari do século X foi atacado em 22 de fevereiro de 2006. A mesquita possuía uma cúpula que foi coberta de ouro pela primeira vez por QajarShah Nasir alDin em 1868.

Não suficiente, a situação de vulnerabilidade do patrimônio cultural mesopotâmico no Iraque, em virtude das invasões estadunidenses, com o apoio de potências ocidentais, uma nova ameaça paira sobre o referido patrimônio, ou seja, as ações violentas de um grupo fundamentalista islâmico popularmente conhecido como Estado Islâmico.

²Peshmerga é um termo que significa aqueles que enfrentam a morte. É utilizado para designar os militares curdos (LORTZ, 2005).



O Estado Islâmico é um grupo jihadista, movido por uma forte ideologia salafista que propõe a interpretação literal e incontestável do livro sagrado do Islamismo, o Alcorão. Ocupam territórios do Iraque e da Síria, promove uma limpeza cultural com a motivação de combater as religiões pré-islâmicas. A cidade de Hatra, Patrimônio Cultural da Humanidade reconhecido pela UNESCO, foi destruída por esse grupo fundamentalista por conter imagens de deuses pagãos, segundo extremistas seguidores da vertente radical da sharia, lei islâmica.

A cidade de Nimrud, antiga capital do império assírio, fundada no século XIII a.C., também foi devastada pelo Estado Islâmico e uma valiosa biblioteca com mais de 8 mil manuscritos foi incendiada. Artefatos de significância histórica e científica, do ponto de vista de arqueólogos, historiadores e críticos de arte, foram vendidos ilegalmente para financiar o grupo, que tem como fonte de renda o contrabando de bens culturais, de petróleo e sequestros (BBC BRASIL, 2015; UNITED NATIONS, 2015).

No primeiro semestre de 2015, uma série de ataques a sítios arqueológicos, museus e bibliotecas foi promovida pelo Estado Islâmico. Em fevereiro do mesmo ano, o grupo saqueou o museu central de Mossul e destruiu com martelos estátuas e artefatos que datam dos impérios assírio e acadiano. A destruição foi filmada pela própria organização em um vídeo de cinco minutos que começa com um versículo do Alcorão sobre idolatria e condena assírios e acádios por serem politeístas. O vídeo também mostra a destruição de um lamassu que data do século 7 a.C. (SHAHEEN, 2015a).

Durante o ano de 2015, o grupo fundamentalista não só cometeu uma série de violações dos Direitos Humanos como os saques à Patrimônios Culturais da Humanidade, mas também a destruição de cidades de valor inestimável para a humanidade. No mês de março, a cidade de Nimrud, a 30 quilômetros ao sudeste de Mossul, na província de Níneve, foi saqueada e demolida, cidade fundada no século XII a.C. e testemunhou a era assíria (ALKHSHALI; CULLINANE; TAWFEEQ, 2015). Segundo UNESCO World Heritage Centre (2015b), a cidade floresceu durante o reinado do rei Assurbanipal e é considerada como a segunda capital do Império Assírio. Em março, a antiga cidade de Hatra, localizada a 80 quilômetros ao sudoeste de Mossul, também foi alvo dos jihadistas. O Estado Islâmico transformou a região em uma zona de treinamento (El País, 2015). A cidade tem mais de 2.000 anos e foi estabelecida pelos sucessores de Alexandre, O Grande. A antiga capital assíria de Khorsabad



localizada a cerca de 19 quilômetros ao norte de Mossul também foi destruída em março de 2015 (ALKHSHALI; CULLINANE; TAWFEEQ, 2015). O Instituto Oriental da Universidade de Chicago (2015) afirma que a cidade foi esculpida no final do século VII durante o reinado de Sargão II.

Especula-se, segundo relatos de testemunhas locais, que outros sítios arqueológicos tenham sido demolidos como a antiga capital assíria de Ashur, próxima a Tikrit na província de Salahuddin, como relata Mezzofiore (2015).

A cidade de Hatra, atacada em março de 2015 pelo Estado Islâmico, foi considerada pela UNESCO um Patrimônio da Humanidade em 1985 e entrou para a Lista de Patrimônios Mundiais em Risco em 2015. As cidades de Ashur e Samarra também entraram para a lista de patrimônios em risco em 2003 e 2007 respectivamente.

A Lista de Patrimônios Mundiais da UNESCO conta com quatro patrimônios iraquianos: A cidadela de Erbil, a antiga cidade de Hatra, o sítio arqueológico de Samarra e Ashur. Nimrud e a antiga cidade de Níneve também foram submetidas em 2000 à tentativa de inserção na lista (UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE, 2015d).

5. O Iraque perante as medidas internacionais de proteção ao Patrimônio Cultural e a ações empreendidas

Os conflitos internacionais são um produto da anarquia do sistema internacional. O Direito Internacional, assim como os Organismos Internacionais nascem da necessidade de estabelecer uma ordem mínima em um ambiente conflituoso. Os tratados e as convenções surgem como um meio não só de evitar conflitos armados, mas de proteger, em tempos de guerra ou de paz, a sociedade civil e também o Patrimônio Natural e Cultural.

Segundo Bugnion (2004), algumas civilizações antigas já discutiam questões como a proteção de construções de alguma relevância para a sociedade. A preocupação com monumentos religiosos em tempos de guerra, por exemplo, já era objeto de preocupação no Japão do século XVI. Os locais religiosos eram alvos comuns, tanto para saques como para abrigar ou proteger tropas.

No entanto, como ressalta Trindade (2013), nenhum tratado internacional que abordasse a proteção dos Patrimônios Culturais existia até o século XIX.

No contexto da criação da Carta da ONU, foi criada a UNESCO no dia 16 de novembro de 1945 para a promoção da paz por meio da educação, a ciência e a cultura. A sua constituição relatou que, para atingir tal objetivo, a organização desenvolveria, dentre outras ações, conservar e proteger a herança mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e ciência (CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1945).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Holanda também submeteu uma nova proposta à UNESCO, que em 1952 realizou um comitê de peritos governamentais para realizar uma convenção que resultaria na Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seu Protocolo de 1954. O documento reconhece em seu preâmbulo que o patrimônio cultural tem sofrido graves danificações durante os conflitos armados e que a evolução da tecnologia de guerra tem aumentado a proporção dos danos. A convenção também estabeleceu pela primeira vez uma definição de bem cultural no Direito Internacional. Ademais, seu primeiro Protocolo Adicional comprometeu os Estados membros com a prevenção de exportação de bens culturais durante a ocorrência de conflito armado e restituição de objetos exportados ilegalmente (INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS, 1954; TRINDADE, 2015).

Os conflitos internacionais continuaram acarretando em prejuízos para o patrimônio cultural nos anos 1980, como observado na guerra entre Irã e Iraque e logo criou-se o segundo Protocolo Adicional à Convenção de Haia de 1954 que responsabilizou criminalmente o indivíduo que atacasse um bem cultural (TRINDADE, 2015).

A Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais também foi criada pela UNESCO, em 1970, como forma de encorajar a cooperação entre as nações a prevenir o movimento ilícito de propriedade cultural entre suas fronteiras. Ademais, relembra os Estados membros da importância do patrimônio cultural para a sua Arqueologia, Pré-História, História, Literatura, Arte e a Ciência, e o



dever de promover e desenvolver instituições que promovessem esses bens como museus, bibliotecas, arquivos, laboratórios entre outros (EUROMACHS, 2015b).

O referido documento também abordava a questão da promoção de políticas educacionais que alertavam as populações para o valor dos bens culturais de cada país. A Convenção resultou na criação em 1978, em âmbito da UNESCO, no Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno dos Bens Culturais ao Seu País de Origem ou a Sua Restituição em Caso de Apropriação Ilegal (EUROMACHS, 2015b).

A Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado foi ratificada pelo Iraque, assim como seu primeiro Protocolo Adicional, em 21 de dezembro de 1967. Porém não o Segundo Protocolo de 1999, criado durante o mandato de Saddam Hussein, época em que o Iraque sofria com os pesados embargos comerciais e financeiros estabelecidos pelo Conselho de Segurança da ONU após a Guerra do Golfo.

Segundo o World Monuments Fund (2015, p. 23, tradução nossa), o Iraque

[...] incorporou as resoluções da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 para o direito nacional (juntamente com a Convenção de Haia de 1954 e as Resoluções da Convenção da UNESCO de 1979) como base jurídica para a proteção da Babilônia. Ao aderir à Convenção do Patrimônio Mundial, o Iraque concordou em assegurar a proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural e natural 'no seu território através de "medidas ativas e eficazes."'³

Segue abaixo uma lista dos documentos da UNESCO (2015a) sobre patrimônio cultural que foram aderidas, ratificadas ou aceitas pelo Iraque e suas condições:

- Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado com Regulamentos de Execução da Convenção. Haia, 14 de maio de 1954. Ratificada em 21 de dezembro de 1967.
- Protocolo à Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado. Haia, 14 de maio de 1954. Ratificado em 21 de dezembro de 1967.

³[...] incorporated the resolutions of 1992 World Heritage Convention into its national law (along with the 1954 Hague Convention and 1979 UNESCO convention resolutions) as the legal basis for Babylon's protection as an eventual WHS. By joining the World Heritage Convention, Iraq agreed to ensure the 'protection, conservation, presentation and transmission to future generations of the cultural and natural heritage' within their territory through 'effective and active measures.'



- Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais. Paris, 14 de novembro de 1970. Aceita em 12 de dezembro de 1973.
- Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Paris, 16 de novembro de 1972. Aceita em 3 de março de 1974.
- Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Ratificada em 6 de janeiro de 2010.
- Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Paris, 20 de outubro de 2005. Aderida em 22 de setembro de 2013.

O ato de aceitar ou ratificar uma convenção ou um tratado internacional torna o Estado membro da Convenção ou Tratado em questão. Portanto, terá os benefícios e preferências acordados e também estará sujeito às obrigações ditadas nos artigos. Diferente não ocorre com o Iraque em seu ato de ratificar a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seu primeiro Protocolo, ambos de 1954, e aceitar a Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais de 1970.

Os fatos a seguir são relatos pessoais de John M. Russel em sua experiência na implementação de planos de proteção a sítios para o Iraque.

O CEAP começou escavações, em 1999, nos sítios arqueológicos de Jokha (antiga Umma), Umm al-Aqarib, Tellel-Wilaya, Tell Schmid e Bzekh. Os sítios haviam sido saqueados no contexto da crise econômica iraquiana e foram extremamente danificados pelos saqueadores. Nas ações de escavação promovidas pelo CEAP, foram contratados trabalhadores da população local a fim de gerar renda a partir das escavações legais. Os saques nestes locais cessaram completamente (THE ORIENTAL INSTITUTE MUSEUM OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO, 2015).

Em 2003 qualquer possibilidade de escavações pelo governo iraquiano foi interrompida pela invasão do Iraque pelos estadunidenses. Os saques voltaram a ocorrer consideravelmente e o CEAP não tinha recursos o suficiente para frear a grande



quantidade de saqueadores. O escritório administrativo do CEAP, que fica no mesmo complexo do Museu Nacional do Iraque, foi saqueado junto com o museu na invasão de Bagdá. O arqueólogo chefe DhiQar chegou a pedir ajuda ao comandante Marine para proteger os sítios, uma patrulha seguiu para Umma e prendeu sessenta saqueadores. As patrulhas no sítio se seguiram até que foram transferidos para fora da área (THE ORIENTAL INSTITUTE MUSEUM OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO, 2015).

Os danos físicos aos seus escritórios e o roubo de mobiliário, equipamentos e veículos significavam que os funcionários corajosos o suficiente para ir trabalhar não poderiam fazer seus trabalhos. Por não haver nenhum serviço de telefone, o Conselho foi incapaz de se comunicar com seus escritórios da província, que por sua vez foram incapazes de se comunicar com seus funcionários. O roubo de veículos do governo em todo o país deixou a equipe SBAH incapaz de monitorar os sítios. O CEAP era incapaz de pagar seus funcionários, pois o Ministério das Finanças tinha deixado de funcionar e não havia nenhuma fonte de recursos. A evaporação da polícia iraquiana e da dissolução do exército iraquiano pela Coalizão eliminaram as únicas organizações iraquianas com a capacidade de fazer cumprir as leis de antiguidades do Iraque (THE ORIENTAL INSTITUTE MUSEUM OF THE UNIVERSITY OF CHICAGO, 2015, p. 33, tradução nossa).⁴

Detwiler (2008) afirma que diante do desafio de proteger tantos sítios arqueológicos com tão poucos inspetores provinciais, o então Presidente do CEAP Donny George Youkhanna, criou o Serviço de Proteção a Instalações do Iraque (SPI). Os Estados Unidos forneceram ao SPI veículos, sistema de comunicação e armas e a UNESCO também colaborou com equipamentos relacionados. No entanto, a efetividade do SPI foi suprimida por conflitos e interesses políticos.

Dois ministérios são responsáveis pela direção do CEAP: o Ministério da Cultura, controlado pelo *Iraqi Accord Front*, ou Frente do Pacto Iraquiano, liderado por sunitas; e o Ministério do Turismo e Antiguidades, controlado pela *Shi'ite United Iraqi Alliance*, ou Aliança Iraquiana dos Xiitas Unidos.

A administração do SPI é afetada negativamente pelos conflitos político-religiosos entre xiitas e sunitas. Detwiler ainda ressalta que, no Iraque, as instituições

⁴ The physical damage to its offices and the theft of furniture, equipment, and vehicles meant that employees brave enough to come to work could not do their jobs. Because there was no telephone service, the SBAH was unable to communicate with its governorate offices, which were in turn unable to communicate with their employees. The theft of government vehicles throughout the country left the SBAH staff unable to monitor the sites. The SBAH was unable to pay its employees, as the Ministry of Finance had ceased to function and there was no source of funds. The evaporation of the Iraqi police and the dissolution of the Iraqi army by the Coalition eliminated the only Iraqi organizations with the capability to enforce Iraq's antiquities laws.



destinadas a proteger o patrimônio cultural têm sido exploradas para ganhos políticos. Ademais, segundo o World Monument Funds (2015), a cooperação entre os governos iraquianos central e regional é rara. Divergências de opiniões entre os funcionários do CEAP e oficiais da província de Babil são um exemplo, quando se trata da implementação de algum plano de gestão local.

Segundo Willis (2015), ainda no contexto da Invasão de 2003, criou-se o Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque, fruto da cooperação entre o Ministro da Cultura do Iraque e a UNESCO que listava sete objetivos que prometiam, com o apoio internacional e com a implementação da legislação doméstica, proteger o patrimônio cultural iraquiano.

O Ministro da Cultura do Iraque MufidalJazaeri apresentou à UNESCO em fevereiro de 2005 um pedido de uma sessão de trabalho para o sítio arqueológico da Babilônia, então ocupado por uma base militar estadunidense desde abril de 2003.

A Segunda Sessão Especial do Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque aconteceu em junho do mesmo ano em Paris com a presença dos Ministros Iraquianos da Cultura e de Estado para o Turismo e Antiguidades, representantes iraquianos do CEAP, além de peritos e observadores internacionais de organizações internacionais. Medidas de diminuição dos danos ao sítio arqueológico, coordenação de atividades e suporte às autoridades iraquianas foram discutidas na Sessão.

A Terceira e a Quarta Sessão Especial do Comitê abordaram as questões de escavações ilícitas, saques e tráfico de bens culturais. A última sessão aconteceu entre os dias 3 e 4 de abril de 2011 e tratou sobre questões relacionadas à manutenção da Cidadela de Erbil e do Museu da Babilônia(UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2015b). No entanto, segundo o Relatório da UNESCO de dezembro de 2014 sobre Patrimônio e Diversidade Cultural em Risco no Iraque e na Síria, o Comitê teve suas ações dificultadas pelo fato de o Iraque não ter ratificado o Segundo Protocolo estabelecido em 1999, da Convenção de Haia de 1954 nem o Estatuto de Roma.⁵

⁵ O Estatuto de Roma, aberto para assinaturas no dia 17 de julho de 1998, prevê a criação de um Tribunal Penal Internacional permanente com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional. A jurisdição do TPI é complementar às jurisdições penais nacionais. O Estatuto prevê ainda, em seu artigo 8 (e)(IV), 8(e)(V) e 8(e)(XII) respectivamente, como sendo crimes



Em 16 de novembro de 1996, Ramsey Clark, procurador-geral dos Estados Unidos, sob o governo de Lyndon B. Johnson, recorreu à Carta de Nuremberg para acusar a ONU e os EUA pela morte de um milhão e meio de pessoas no Iraque como consequência das absurdassansões privativas impostas ao Iraque em 6 de Agosto de 1990 pela invasão do Kuwait (SANZ, 1996a).

Segundo Linares (2012), o Tribunal Internacional para os crimes contra a humanidade, cometidos pelo Conselho de Segurança da ONU no Iraque, se constituiu em Madrid e apresentou os efeitos da guerra e dos embargos sob o Iraque, tanto nos aspectos de saúde e economia, quanto patrimonial, cultural e arqueológico. O grupo de juristas, políticos e intelectuais de 12 países que julgaram o caso no Tribunal Internacional SeifZuhar e Bushra Ibrahim culpavam a ONU e os Estados Unidos de haver cometido genocídio (SANZ, 1996b).

Em 3 de dezembro de 2014 a UNESCO promoveu uma Conferência Internacional sobre Patrimônio e Diversidade Cultural em Risco no Iraque e na Síria, em sua sede em Paris. Entre os integrantes da Conferência estavam a Diretora-Geral da UNESCO Irina Bokova, o Secretário-Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon, o membro do Conselho de Representantes do Iraque HumamHamoudi e o Representante Especial do Secretário-Geral para o Iraque e chefe da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMI, sigla em inglês) NikolayMladenov. A reunião tinha como objetivo discutir sobre formas inovadoras para proteger eficazmente o patrimônio cultural dos ataques cada vez mais violentos e da destruição sistemática de locais de importância cultural no Iraque e na Síria, que a atual Diretora-Geral da UNESCO Irina Bokova considerou sendo como um genocídio cultural (ICOMOS OPEN ARCHIVE, 2015).

Alguns tópicos relacionados às consequências da limpeza cultural por grupos fundamentalistas foram pontuados na Conferência. Forameles: o ataque deliberado do patrimônio cultural em uma tentativa de destruir a legitimidade do outro para legitimar-se; a relação entre o tráfico ilícito de bens culturais e ao financiamento do terrorismo e a violência sectária; e a destruição deliberada de escolas, espaços culturais, e instituições

de guerra “atacar intencionalmente edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, às artes, às ciências ou à beneficência, monumentos históricos, hospitais e lugares onde se agrupem doentes e feridos, sempre que não se trate de objetivos militares”; “saquear um aglomerado populacional ou um local, mesmo quando tomado de assalto”; e “destruir ou apreender bens do inimigo, a menos que as necessidades da guerra assim o exijam” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 1998).



que representam a liberdade de expressão e a liberdade de opinião, bem como o ataque deliberado de jornalistas e profissionais (ICOMOS OPEN ARCHIVE, 2015).

As partes participantes da Conferência propuseram algumas políticas em resposta às violações que vêm ocorrendo nos territórios da Síria e do Iraque: a criação das "zonas culturais protegidas" em torno dos grandes sítios patrimoniais; o pesado investimento no acesso à educação de qualidade como forma de prevenir a radicalização e promover o respeito pela diversidade cultural, pelo pluralismo e estimular diálogo entre as diferentes comunidades; a ampla ratificação e maior implementação da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seus Protocolos adicionais, assim como pôr fim à impunidade para ataques deliberados contra o patrimônio cultural, reconhecidos pelo Estatuto do Tribunal Penal Internacional de Roma como um crime de guerra; e a profunda análise da "limpeza cultural" como um processo, incluindo a relevância em sua conexão da proteção dos direitos humanos e a prevenção do genocídio (ICOMOS OPEN ARCHIVE, 2015).

Durante a Conferência, o Ex-Ministro Iraquiano para os Direitos Humanos e atual Diretor da Fundação do Futuro⁶Bakhtiar Amin pressionou HumamHamoudi para que coloque na agenda do Parlamento Iraquiano a ratificação do Segundo Protocolo (1999) da Convenção de Haia de 1954 e do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (ICOMOS OPEN ARCHIVE, 2015).

A efetividade da Convenção de Haia de 1954, e seu Primeiro Protocolo, também de 1954, assim como da Convenção sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade de Bens Culturais, pode ser analisada com base nos Relatórios de Atividades da UNESCO.

O Relatório Sobre a Aplicação da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado e os seus dois Protocolos de 1954 e 1999, durante o período entre 1995 e 2004, afirmam que a Convenção não pôde ser aplicada no contexto da invasão do Iraque em 2003, pois os Estados Unidos e o Reino Unido não ratificaram a referida Convenção à época do conflito (UNITED STATES

⁶ A Fundação para o Futuro (FFF) é uma organização independente, multilateral e sem fins lucrativos que está plenamente empenhada em apoiar as iniciativas das Organizações da Sociedade Civil (OSC) que visam promover os direitos humanos, a governança democrática e a reforma em todo o Médio Oriente e Norte da África (BMENA), respeitando as culturas e tradições de cada país (FOUNDATION FOR THE FUTURE, 2015, tradução nossa).

FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2005).

No entanto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou, em seu 4761º encontro, realizado em 22 de maio de 2003, a Resolução de número 1483 fazendo referência em seu parágrafo 7º que os Estados Membros devem facilitar a devolução ao Iraque de seus bens culturais exportados ilicitamente (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2003).

O Relatório Sobre a Aplicação da Convenção de Haia, de 1954, para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado e os Seus Dois Protocolos, observou questão dos danos causados pelas bases militares estadunidenses ao sítio arqueológico da Babilônia e recomendou que o Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque realizasse um subcomitê para a proteção, conservação e gestão do sítio arqueológico da Babilônia. Também recomendou o CEAP que investigasse e apresentasse um relatório sobre as implicações arqueológicas das áreas danificadas e realizasse um plano de conservação e de gestão abrangente para o sítio com vista à sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Ademais, recomendou que a Lei de Antiguidades iraquiana fosse observada no caso em questão (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

É relatado, no referido documento, que após a Terceira Sessão do Comitê na sede da UNESCO, entre os dias 13 e 14 de novembro 2007, sobre as questões de escavação ilícita, saques e tráfico de bens culturais, uma campanha internacional de conscientização contra o tráfico de propriedades culturais e, em particular, de patrimônio cultural do Iraque foi elaborada (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

Cartas foram enviadas aos Estados membros da UNESCO e a importantes atores do mercado da arte como parte da campanha. A Quarta Sessão do Comitê discutiu temas como cidades históricas e desenvolvimento urbano, setor de museu no Iraque e a luta contra a pilhagem e tráfico ilícito de bens culturais e patrimônio imaterial do Iraque. Os membros do Comitê elogiaram as ações tomadas pelo Iraque, especificamente do CEAP, nas ações de proteção e restauração do patrimônio cultural iraquiano. Também fizeram uma importante recomendação para melhoria da



coordenação e a comunicação entre as instituições governamentais a nível nacional e local, e, em particular entre o CEAP e autoridades locais (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

Ao final da Quarta Sessão do Comitê, dois acordos foram celebrados. O primeiro foi um Memorando de Entendimento para desenvolver um plano de gestão de conservação para a cidade de Samara, a fim de garantir a conservação do centro histórico urbano, equilibrando as necessidades da comunidade e dos visitantes dos locais sagrados (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

O Memorando foi assinado pelo Diretor do Escritório da UNESCO no Iraque, Mohamed Djelid e pelo Vice-Governador de SalahAl-Din, Ahmed A. Krayem. Mohamed Djelid também assinou, junto com o Governador da Babilônia Salman NaserAl-Zarqani, uma carta de compromisso com a restauração do sítio arqueológico da Babilônia com a intenção de inseri-lo na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

Além da criação de materiais de sensibilização contra o tráfico de bens culturais⁷, a Sessão rendeu também uma oficina de treinamento de duas fases em uma parceria com o Governo de Bagdá, que ocorreram entre os anos 2007 e 2008, com foco na formação operacional e legal projetado especialmente para os funcionários aduaneiros do Iraque e países vizinhos, além da preparação de revisão da Lei de Antiguidades Iraquianas em conformidade com as normas internacionais (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011a).

No Relatório da Décima Sétima Sessão do Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno dos Bens Culturais ao seu País de Origem ou a Sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita, a delegação do Iraque informou que muitos dos bens saqueados e exportados ilegalmente de seu território foram recuperados entre os anos de 2004 e 2010, e agradeceu a Alemanha e a Síria pela restituição dos bens culturais

⁷Como campanhas desenvolvidas em aeroportos e aviões, além de jogos educativos para as crianças versando sobre o patrimônio cultural da Mesopotâmia.



iraquianos que se encontravam em seus territórios (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011b).

A delegação do Iraque também anunciou uma cooperação com a Espanha no resgate dos bens culturais traficados e também anunciou um acordo bilateral com o Peru sobre a proteção e devolução de bens culturais roubados ou ilicitamente exportados, convidando os países vizinhos a fazerem o mesmo (UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2011b).

Conforme o relatado, observa-se o esforço do governo iraquiano, ainda que desestabilizado, para proteger os sítios arqueológicos. Todavia, a tarefa foi impedida por uma série de fatores como a crise econômica iraquiana, os conflitos político-religiosos entre xiitas e sunitas dentro de órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio cultural iraquiano e os saques e danos dos recursos físicos do CEAP, fazendo-se necessário, portanto, buscar apoio em órgãos internacionais como a UNESCO. Ademais, afirma-se a importância do apoio internacional na contenção de comerciantes ilegais de bens culturais, provando-se que a preservação do patrimônio cultural de um povo é uma responsabilidade que ultrapassa fronteiras.

6. Considerações Finais

A presente pesquisa propôs, em seu tema central, identificar as medidas internacionais de preservação do patrimônio cultural em áreas de conflito, com enfoque na sua possível aplicação para prevenir ou coibir a destruição do patrimônio cultural do Iraque. Ademais, foi proposto o entendimento da importância da formulação de tais medidas pelos organismos internacionais.

Com base nos dados levantados percebeu-se que os atentados contra o patrimônio cultural no Iraque têm se repetido ao longo da história, em decorrência da região ter sido campo de inúmeros conflitos.

Os bens culturais mesopotâmicos no Iraque, na segunda metade do século XX e início do século XXI, foram vítimas de guerras que envolveram este país e potências estrangeiras. Tais guerras, além de paralisarem a economia e decretarem a morte do futuro para crianças e jovens da região, pela dificuldade de condições para a prática de educação com qualidade, paralisaram as pesquisas, resultando na evasão de



arqueólogos, historiadores e demais estudiosos dos sítios e demais áreas de inestimável valor histórico e cultural.

Os bombardeios indiscriminados atingiram sítios arqueológicos, monumentos históricos e religiosos e a desordem estabelecida têm provocado uma onda de saques a museus, livrarias e sítios arqueológicos, com o agravamento do comércio ilegal destes bens culturais.

Medidas nacionais de proteção ao patrimônio cultural e contra o tráfico de bens culturais foram impossibilitadas devido às pesadas sanções que o Iraque foi submetido no contexto das guerras de invasão estrangeira. Em decorrência, também por falta de recursos, patrimônios móveis e imóveis deterioraram-se rapidamente em decorrência da falta de materiais de restauração e da redução significativa do orçamento de instituições iraquianas de proteção ao patrimônio cultural.

Os saques aos sítios arqueológicos se mostraram em proporções impossíveis de serem contidas pelo já defasado CEAP, que carece de orçamento, recursos financeiros, funcionários, instalações e veículos. Bibliotecas foram incendiadas, a exemplo da Biblioteca Nacional de Bagdá, e palácios foram destruídos.

Estes são resultados da invasão militar dos Estados Unidos que não elaboraram um plano pós-invasão, resultando no vácuo de poder no Iraque e, conseqüentemente, a impossibilidade de impor ordem sob o território e proteger as zonas patrimoniais iraquianas.

Constata-se que a aplicação da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seu Protocolo de 1954, ambos ratificados pelo Iraque, não foram efetivamente aplicados no caso da invasão de 2003, a mais devastadora das invasões, com sérios prejuízos ao patrimônio cultural, que teve como resultado a morte de Saddam Hussein. Ressalta-se que as principais forças invasoras, Estados Unidos e Reino Unido, não haviam ratificado a referida Convenção e, por isso, acreditavam não ter compromisso de considerá-las. Assim, ações preventivas de proteção ao patrimônio cultural situado nas regiões atacadas não foram realizadas, ficando este vulnerável aos riscos das ações militares.

Apenas a Resolução de número 1483, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, auxiliou o Iraque na recuperação dos bens culturais traficados. A Convenção, como registrado em seus relatórios dos períodos entre 1995 a 2004 e 2004 a



2010, se limitou em fazer recomendações ao Estado Iraquiano e a reconhecer as atividades do Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque, criado pela UNESCO em parceria com o Iraque.

O Relatório da Décima Sétima Sessão do Comitê Intergovernamental para a Promoção do Retorno dos Bens Culturais ao seu País de Origem ou a Sua Restituição em Caso de Apropriação Ilícita reconhece um esforço do Estado do Iraque em recuperar os bens culturais traficados e suas ações para promover a cooperação com outros Estados.

Pode-se concluir, também, que a efetividade das medidas internacionais de proteção ao patrimônio cultural, no caso do Iraque, principalmente na questão da destruição sistemática dos bens culturais iraquianos promovidos pelo Estado Islâmico, é afetada pela não ratificação plena da Convenção de Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e seus Dois Protocolos, de 1954 e 1999, que dificulta o trabalho do Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Iraque.

O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional também pode ser utilizado para criminalizar internacionalmente os indivíduos que compõem o Estado Islâmico pelos crimes de guerra previstos em seu artigo 8. No entanto, a situação de descontrole na região, pela fragilidade do Estado iraquiano e a intransigência irracional do grupo fundamentalista jihadista, dificultam a efetivação do referido estatuto.

Propõe-se, então, a ratificação, pelo Iraque do Segundo Protocolo de 1999 da Convenção de Haia, de 1954, para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, e também do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, para que seja possível a efetividade das medidas internacionais na proteção do Patrimônio Cultural da Humanidade no território iraquiano.

Propõe-se que os discursos políticos sobre o tema devam ser transformados em medidas de intervenção em caráter de urgência e, assim, os bens culturais remanescentes sejam preservados e protegidos e os objetos traficados devolvidos para o Iraque.

Ressalta-se que, mesmo com a legislação vigente, e algumas iniciativas nacionais iraquianas, e iniciativas internacionais bem-intencionadas, senão houver



vontade política a melhor legislação do mundo não conseguirá proteger o que a irracionalidade humana intenta em destruir.

Referências

AGUIAR, Clélia Prates; RODRIGUES, Anna Dias. **A Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado: Análise da Intervenção Armada no Iraque, 2002.** Disponível em:

<<http://www.cedin.com.br/static/revistaeletronica/artigos/Anna%20e%20Clélia%20Seguranca%20bens%20culturais.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2015.

ALKHSHALI, Hamdi; CULLINANE, Susannah; TAWFEEQ, Mohammed. **Tracking a trail of historical obliteration: ISIS trumpets destruction of Nimrud.** CNN, 2015.

Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2015/03/09/world/iraq-isis-heritage/>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

BBC BRASIL. **Por Fé e Lucro, 'Estado Islâmico' Promove Onda de Destruição de Patrimônio Histórico no Iraque.** Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/03/150307_destruicao_estado_islamico_iraque_rb> Acesso em: 22 maio 2015.

BUGNION, François. **La genèse de laprotectionjuridique des biensculturels en cas de conflitarmé.** Disponível em:

<https://www.icrc.org/fre/assets/files/other/irrc_854_bugnion_biens.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

CARDOSO, S.; FLAMARION, Ciro. **Sociedades do Antigo Oriente Próximo.** 4º ed. São Paulo, SP: EditoraÁtica, 2007. 96 p.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A history of the modern Middle East.** 4º ed. Philadelphia, PA: Westview Press, 2009. 618 p.

CRAWFORD, Harriet. **Sumer and the Sumerians.** 2. ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004. 264 p.

DETWILER, Elizabeth. **Iraq's Cultural Heritage: Preserving the Past for the Sake of the Future.** Disponível em: <http://www.usip.org/sites/default/files/USIP_1008.PDF>. Acesso em: 16 out. 2015.

EL PAÍS. **Iraque acusa o Estado Islâmico de destruir outra cidade milenar.**

Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/07/internacional/1425753457_663165.html>. Acesso em: 13 nov. 2015.

EMBERLING, G and Hanson, K., **Catastrophe! The Looting and destruction of Iraq's Past.** Oriental Institute of Chicago, Chicago, 2004.



_____. **Convenção Relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais - Paris, 1970.** [2015b]. Disponível em: <<http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=convencao-relativa-as-medidas-a-adoptar-para-proibir-e-impedir-a-importacao-a-exportacao-e-a-transferencia-ilicitas-da-propriedade-de-bens-culturais---paris-1970>>. Acesso em: 15 out. 2015.

FARTHING, Stephen. **Tudo sobre arte.** Rio de Janeiro: Sextante, 2010. 576 p.

FENOLLÓS, Juan-Luis Montero. **Etemenanki: a Zigurate da Babilônia contributo para a sua reavaliação arquitectónica.** Coimbra: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23733/1/Cadmo20_Artigo16.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em: 8 set. 2015.

FERREIRA, Carlos Serrano. **Restituição dos Bens Culturais Retirados no Contexto do Colonialismo: Instrumento de Desenvolvimento e de Diálogo.** Rio de Janeiro, 2014.

HEAD, Tom. **Ancient Mesopotamia.** North Mankato, Minnesota: Essential Library, 2015. 112 p.

ICOMOS OPEN ARCHIVE. **“Heritage and Cultural Diversity at Risk in Iraq and Syria”.** Disponível em: <<http://openarchive.icomos.org/1551/1/232562f.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Veneza.** 1964. 4 pg. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

ISAKHAN, Benjamin. **Targeting the Symbolic Dimension of Baathist Iraq: Cultural Destruction, Historical Memory, and National Identity.** Australia: Deakin University, 2011. 257–281 p.

KRAMER, Samuel Noah. **The Sumerians: Their History, Culture, and Character.** Chicago: University of Chicago Press, 1963. 355 p.

LETHABY, W. R. **Architecture, Mysticism and Myth.** London: Dover Publications, 2004. 132 p. Disponível em: <<http://www.investigacioneshistoricaseuroasiaticas-ihia.com/files/Arquitecturamisticismomitos.pdf>>. Acesso em: 8 set 2015.

LINARES, Carmen Del Cerro. **El Patrimonio Arqueológico e Histórico Iraquí y Su Destrucción Desde la Guerra del Golfo Hasta Nuestros Días.** Universidad Autónoma de Madrid, 2012.

MACEDO, Diana Beltrão de. **Do Dilúvio a Alexandre: A Babilônia a Partir dos Olhos de um Babilônico.** Brasília: Universidade de Brasília, 2015. 34 p. Disponível



em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10610/1/2015_DianaBeltraoDeMacedo.pdf>. Acesso em: 8 set 2015.

MACHADO, Cassiano Elek. **Hitler e a Poderosa Engrenagem Nazista de Saquear Obras de Arte**. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1372085-hitler-e-a-poderosa-engrenagem-nazista-de-saquear-obras-de-arte.shtml>> Acesso em: 15 maio 2015.

MAES, Jéssica. **Guerra: 10 locais históricos e culturais destruídos por bombardeios**. Disponível em: <<http://hypescience.com/guerra-destruicao/>> Acesso em: 24 maio 2015.

MARR, Phebe. **The modern history of Iraq**. 3º ed. Philadelphia, PA: Westview Press, 2012. 483 p.

MEZZOFIORE, Gianluca. **Iraq: Isis 'blows up Unesco world heritage Assyrian site of Ashur' near Tikrit**. International Business Times, 2015. Disponível em: <<http://www.ibtimes.co.uk/isis-blows-unesco-world-heritage-assyrian-site-ashur-near-tikrit-1503367>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/estatuto_roma_tribunal_penal_internacional.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Londres, 1945.

ROBICHEZ, Juliette. **Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural nos Conflitos Armados**. Disponível em: <<https://www.uniceub.br/media/454281/seminario1.pdf>> Acesso em: 24 abr. 2015.

SANTOS, Michel Alves dos. **Junto aos Rios da Babilônia: Um estudo acerca da história de Israel no exílio**. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CTCH/TEO/TEO-Michel%20Alves%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 8 set 2015.

SANZ, Juan Carlos. **Un 'tribunal de Núremberg' reunido en Madrid juzga el bloqueo a Irak**. [1996^a]. Disponível em:

<http://elpais.com/diario/1996/11/17/internacional/848185209_850215.html>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____, Juan Carlos. **El 'Tribunal de Madrid' condena a la ONU por el "genocidio" en Irak**. [1996^b]. Disponível em:

<http://elpais.com/diario/1996/11/18/internacional/848271616_850215.html>. Acesso em: 16 out. 2015.



SHAHEEM, Kareem. **Isis fighters destroy ancient artefacts at Mosul museum.** The Guardian, 2015a. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2015/feb/26/isis-fighters-destroy-ancient-artefacts-mosul-museum-iraq>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SHEFER, Raquel. **A Arte destruída pela Guerra.** Disponível em: <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/a-arte-destruida-pela-guerra-197124>> Acesso em: 04 maio 2015.

THE ORIENTAL INSTITUTE. THE UNIVERSITY OF CHICAGO. **Khorsabad Relief Project.** Disponível em: <<https://oi.uchicago.edu/research/projects/khorsabad-relief-project>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

TRINDADE, Ivonei Souza. **Caso Pavle Strugar: Um Estudo Sobre a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado.** Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2013_1/ivonei_trindade.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE. **Nimrud.** 2015b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/tentativelists/1463/>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

UNITED NATIONS. **Calling Attacks ‘a War Crime’, Secretary-General Strongly Condemns Destruction of Cultural Heritage Sites in Iraq.** Disponível em: <<http://www.un.org/press/en/2015/sgsm16570.doc.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

UNITED STATES FOR THE EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Resolution 1483 (2003).** [2003]. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/laws/pdf/resolution1483_iraq_en.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. **Report on the Implementation of the 1954 Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and Its Two (1954 and 1999) Protocols: 1995 – 2004.** [2005]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001407/140792e.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. **Report on the Implementation of the 1954 Hague Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and Its Two (1954 and 1999) Protocols: 2005 – 2010.** [2011^a]. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/periodic_report_2011_en.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

_____. **Intergovernmental Committee for Promoting the Return of Cultural Property to Its Countries of Origin or Its Restitution in Case of Illicit Appropriation: Final Report of the Seventeenth Session (30 June-1 July 2011).** [2011^b]. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002165/216587E.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.



_____. **Ratified Conventions: Iraq.** [2015^a]. Disponível em: <http://www.unesco.org/eri/la/conventions_by_country.asp?contr=IQ&language=E&typeconv=1>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. **International Coordination Committee (ICC) for the Safeguarding of the Cultural Heritage of Iraq.** [2015b]. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/illicit-trafficking-of-cultural-property/emergency-actions/iraq/international-coordination-committee-icc-for-the-safeguarding-of-the-cultural-heritage-of-iraq/>>. Acesso em: 16 out. 2015.

WILLIS, Lindsay E. **Looting in Ancient Mesopotamia: A Legislation Scheme for the Protection of Iraq's Cultural Heritage.** Disponível em: <<http://digitalcommons.law.uga.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1201&context=gjicl>>. Acesso em: 16 out. 2015.

WORLD MONUMENTS FUND. **Site Management Plan: Babylon Cultural Landscape and Archaeological City.** United States of America, New York: 2015. p. 1-23.

Submetido em: 30/08/2016. Aprovado em: 25/11/2016.